



**UNEB**

UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DA BAHIA

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS III  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**AS POSSIBILIDADES DO ENSINO À DISTÂNCIA PARA CONCILIAR  
TRABALHO E ENSINO NOTURNO EM EJA E REDUZIR A  
EVASÃO/ABANDONO ESCOLAR**

**JUAZEIRO, 2021**



**UNEB**  
UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DA BAHIA

**INGRIDY DE JESUS PARAGUASSU**

**AS POSSIBILIDADES DO ENSINO À DISTÂNCIA PARA CONCILIAR  
TRABALHO E ENSINO NOTURNO EM EJA E REDUZIR A  
EVASÃO/ABANDONO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para conclusão do curso de Bacharelado de Pedagogia do Centro Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus Juazeiro.

Prof. Orientador: Dr. Josenilton Nunes Vieira.

**JUAZEIRO, 2021**

“É muito melhor lançar-se em busca de conquistas grandiosas, mesmo expondo-se ao fracasso, do que alinhar-se com os pobres de espírito, que nem gozam muito, nem sofrem muito, porque vivem numa penumbra cinzenta, onde não conhecem nem vitória, nem derrota.”

Theodore Roosevelt (1954)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Regivaldo José da Silva/CRB-5-1169

P222p Paraguassu, Ingridy de Jesus

As possibilidades do ensino a distância para conciliar trabalho e ensino noturno em EJA e reduzir a evasão/abandono escolar / Ingridy de Jesus Paraguassu. Juazeiro-BA, 2021.

58 fls.: il.

Orientador: Prof. Dr. Josenilton Nunes Vieira.

Inclui Referências

TCC (Graduação – Pedagogia) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus III. 2021.

1. Educação de Jovens e Adultos – EJA. 2. Perfil do aluno de EJA. 3. Ensino a distancia na educação básica. 4. Contexto histórico da (EJA) no Brasil. 5. EJA na Bahia e em Pernambuco. I. Vieira, Josenilton Nunes. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 374.012.981

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCHIII  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**INGRIDY DE JESUS PARAGUASSU**

**AS POSSIBILIDADES DO ENSINO À DISTÂNCIA PARA CONCILIAR TRABALHO  
E ENSINO NOTURNO EM EJA E REDUZIR A EVASÃO/ABANDONO ESCOLAR**

Trabalho de conclusão de curso de licenciatura apresentado ao Departamento de Ciências Humanas – DCH-III, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Juazeiro(BA), 16 de Dezembro de 2021.

**BANCA EXAMINADORA:**



---

Prof. Dr. Josenilton Nunes Vieira  
UNEB – DCH III  
Orientador



---

Prof. Ms. Adeilda Ana da Silva Martins  
UNEB – DCH III  
Avaliadora



---

Profª Ms Irailde Gonçalves de Lima  
UNEB – DCH III  
Avaliadora

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, principalmente, por ter me dado forças para chegar até aqui;

À minha família, pelo apoio, carinho e compreensão;

A todos os professores que durante toda minha vida escolar me auxiliaram de diversas formas, orientando-me e servindo de inspiração para que pudesse continuar;

Ao meu orientador pelo apoio, paciência e compreensão;

Quero estender meus agradecimentos aos meus colegas de turma que além dos momentos de estudo proporcionaram bons momentos de agradável convivência;

À UNEB, por ser minha casa em todos esses anos.

Aos professores que passaram por minha vida estudantil até hoje, preparando-me para a vida.

À banca, por oportunizar o enriquecimento de meus conhecimentos, por meio de suas observações.

Por fim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão deste ciclo em minha vida.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CONFINTEA - Conferência Internacional de Educação de Adultos

CF – Constituição Federal do Brasil

CNE - Conselho Nacional de Educação

EaD - Ensino à Distância

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EEG - Exames de Educação Geral

EI - Ensino Individualizado

EPN - Escola Popular Noturna

Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

MST – Movimento dos Sem Terra

NEA - Núcleos de Educação de Adultos

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

Pnad - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

SDE - Sábado e Domingo na Escola

SUREDs - Superintendências Regionais de Educação

UNESCO - Organização das Nações Unidas

## TABELAS E FIGURAS

FIGURA 1 – Carta de compromisso com a agenda territorial de desenvolvimento integrado da educação de jovens e adultos no Brasil .....17

TABELA 1: Tabela 1: Número de Estudantes na Educação Básica – Brasil 2003/2004 .....19

FIGURA 2: Foto 1 – Alunos rurais do Programa Projovem Campo, escola Franscesco Moura ..... 23

FIGURA 3 – Educação de Jovens e Adultos no assentamento Safra em Santa Maria da Boa Vista – PE.....40

FIGURA 4 – Educação a Distância.....47

## RESUMO

O escopo da presente pesquisa é tecer reflexões a cerca da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo como referência a questão do abandono escolar e as razões que se relacionam diretamente com as dificuldades de conciliação do trabalho e a manutenção dos estudos por parte desse público específico. Objetiva-se ainda responder ao questionamento: Quais são as razões do abandono/evasão dos alunos de EJA? Questionamento que serviu de fio condutor para esse estudo. O abandono escolar dos alunos de EJA requer atenção particular por se tratar de um grupo que, por motivos diversos não puderam ou não quiseram estudar antes, no período mais adequado à sua faixa etária. Contudo, resolveram retornar e dar continuidade aos estudos. Porém, outros entraves surgem, dificultando a permanência desses alunos na escola. Um desses obstáculos é a conciliação entre trabalho e estudo. É justamente por esse motivo que boa parte desses jovens e adultos opta por estudar à noite, o que não garante a continuidade dos seus estudos, visto que algumas pessoas precisam trabalhar até mais tarde, adentrando inclusive no horário que eles já deveriam estar na escola. A pesquisa foi exploratória e de cunho bibliográfico, utilizei a abordagem qualitativa. Para embasar o estudo, foi analisada a legislação brasileira, livros, trabalhos e revistas científicas que abordam a temática. Como resultado, percebeu-se que a necessidade de trabalhar, figura como o principal motivo da evasão escolar dos alunos dessa modalidade de ensino. Apesar de constatar que já houve alguns avanços na legislação educacional, ainda há muito caminho a ser percorrido para que os jovens, adultos e idosos possam ingressar na escola e permanecer, pelo menos até a conclusão do ensino médio. O trabalho pedagógico consciente e comprometido com a aprendizagem, considerando suas necessidades nas suas relações sociais, que, inclusive motivam a retomada dos estudos desses alunos, pode contribuir, para alterar os índices de analfabetismo e contribuir para o pleno exercício da sua cidadania.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação de Jovens e Adultos. Trabalho. Ensino.

## **ABSTRACT**

The scope of this research is to weave reflections on the closely involved modality of Youth and Adult Education (EJA), having as a reference the issue of school dropout and the reasons that are directly related to the difficulties of reconciling work and maintaining studies on the part of that specific audience. It also aims to answer the question: What are the reasons for the abandonment/evasion of EJA students? Questioning that served as a guiding thread for this study. Dropping out of school by EJA students requires particular attention because it is a group that, for various reasons, could not or did not want to study before, in the period best suited to their age group. However, they decided to return and continue their studies. However, other obstacles arise, making it difficult for these students to stay in school. One of these obstacles is the reconciliation of work and study. It is precisely for this reason that most of these young people and adults choose to study at night, which does not guarantee the continuity of their studies, as some people need to work late, even entering into the time they should already be at school. The scientific method used was deductive and the approach was qualitative and quantitative. To support the study, Brazilian legislation, books, works and scientific journals that address the subject were analyzed. As a result, it was realized that the need to work is the main reason for students to drop out of this type of education. Despite noticing that there have already been some advances in educational legislation, there is still a long way to go for young people, adults and the elderly to be able to enter school and remain there, at least until high school is completed. Conscious pedagogical work committed to learning, considering their needs in their social relationships, which even motivate these students to resume their studies, can contribute to changing illiteracy rates and contributing to the full exercise of their citizenship.

**KEYWORDS:** Youth and Adult Education. Work. Teaching.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....</b>	<b>13</b>
2.1 ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL .....	19
2.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA BAHIA E EM PERNAMBUCO: UM BREVE PANORAMA.....	22
2.2.1 Educação de Jovens e Adultos em Pernambuco .....	22
2.2.2 Educação de Jovens e Adultos na Bahia: Breve Histórico .....	27
2.2.2.1 Educação de Jovens e Adultos na Universidade do Estado da Bahia (UNEB).....	31
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ALGUNS MARCOS LEGAIS.....	33
2.4 O PERFIL DO ALUNO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	39
<b>3 A EVASÃO E O ABANDONO ESCOLAR: BREVE REFLEXÃO SOBRE CAUSAS .....</b>	<b>44</b>
<b>4 O ENSINO À DISTÂNCIA (EaD) NA EDUCAÇÃO BÁSICA: SOLUÇÃO PARA EVASÃO/ABANDONO ESCOLAR EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS? .</b>	<b>48</b>
<b>5 METODOLOGIA.....</b>	<b>50</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>54</b>

## INTRODUÇÃO

O estudo em tela visa provocar reflexões a cerca da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), lançando uma luz sobre a questão do abandono escolar e as dificuldades enfrentadas por esse público, especialmente no que tange à questão da conciliação do trabalho e a manutenção dos estudos.

O fio condutor que orientou o estudo foi o seguinte questionamento: Quais são as razões do abandono/evasão dos alunos de EJA? O abandono escolar por parte dos alunos de EJA requer atenção especial por se tratar de um grupo que, por motivos diversos foram impossibilitados de estudar no período mais adequado à sua faixa etária. Ao retomar seus estudos, já na fase adulta da vida, esses alunos, na maioria dos casos, precisam conciliar trabalho e estudo, o que demanda muita força de vontade por parte deles, e muita compreensão e flexibilidade por parte dos professores.

A Educação de Jovens e Adultos ou simplesmente EJA, como é mais conhecida é uma modalidade de ensino criada pelo Governo Federal Brasileiro prevista, atualmente, na Lei de Diretrizes Básicas e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, que visa garantir o acesso à educação para jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental ou ensino médio no período considerado adequada à sua faixa etária. Ou seja, aquelas pessoas que já passaram da idade escolar e que não tiveram oportunidade de estudar podem retomar os estudos e, com isso, preparar-se para o trabalho, para ter maior autonomia e/ou ampliar as possibilidades de atuação profissional. Isto posto, já se percebe o grande desafio de atuar e/ou estudar nessa modalidade de ensino.

No contexto das políticas públicas de Educação, a concepção do legislador foi pautada em encontrar meios que permitam a acesso e permanência daqueles que não tiveram acesso ao ensino. Sob essa ótica, constata-se o indubitável desafio e a responsabilidade da escola que trabalha com EJA. É de suma importância contribuir para evitar ou mitigar o abandono escolar. A escola deve pensar e adotar estratégias diferenciadas de ensino, refletir sobre suas práticas pedagógicas, uma vez que é uma modalidade que por si só já exige abordagens ímpares que considerem seu perfil, a idade, enfim, a sua história de vida.

Este tema foi por mim escolhido, porque me identifico com esse público, tenho o desejo de atuar nessa área específica, contribuindo para melhorar a vida dessas pessoas e ajudar a debelar esse fenômeno que causa grande prejuízo no campo educativo, uma vez que aqueles jovens que não concluem a escolaridade mínima, vão aumentar o número de analfabetos do país, trabalhar em subempregos ou viverem à margem da sociedade.

Essa é uma preocupação legítima, pois jovens, adultos e idosos que abandonam a escola, em muitos casos, não teriam outra oportunidade de concluírem pelo menos o ensino médio, se não fosse dada essa oportunidade através dessa modalidade de ensino.

Muitas vezes esse público não é acolhido em outras instituições, o que pode contribuir para que enveredem por caminhos perigosos, tanto para eles mesmos, quanto para a sociedade em geral. São atalhos que não os dignifica como o uso de droga, alcoolismo, roubo, prostituição, dentre outros.

No que tange ao aspecto econômico, estes estudantes vão, como dito anteriormente, engrossar a taxa de desemprego ou servir de mão-de-obra não qualificada, auferindo baixos salários, comprometendo o seu bem estar e de sua família.

Diante do exposto, a pesquisa tem como fio condutor o seguinte questionamento: Quais as causas do abandono escolar dos Jovens e Adultos da EJA? Buscar a resposta para este questionamento foi o que se pesquisou através da leitura de autores como: Dourado (2013), Ferrão (2001), Gadotti (2006), Aquino (2021), Fontes (2013), Klein e Freitas (2021), Nassif (2012), Dalben (2011), Soares (2001), Strelhow (2010), Freire (1993, 2001), Arroyo (2011), Freire (1993) dentre outros. Também foi consultado o arcabouço jurídico brasileiro, a exemplo do Plano Nacional de Educação, Lei nº 13005/2014, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), Lei nº 9394/96, Decreto nº. 7031 de 6 de Setembro de 1878 e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Além destes, buscou-se embasamento teórico em revistas e artigos científicos já publicados.

Dessarte, o objeto deste estudo é a educação de jovens e Adultos, tendo como objetivo principal compreender essa modalidade de ensino e, em especial, perquirir quais são as causas do abandono escolar desse público específico.

A pesquisa ficou assim estruturada: Capítulo I, que disserta sobre o contexto histórico da educação de jovens e adultos no Brasil; capítulo II, que trata das políticas públicas para educação EJA, alguns dados estatísticos, a EJA em Pernambuco e na Bahia e o perfil do aluno de EJA, com enfoque em alguns marcos legais; o Capítulo 3, que versa sobre a evasão e o abandono escolar, abordando suas possíveis causas; e, Capítulo 4, intitulado “O ensino à distância (EaD) na educação básica: solução para evasão/abandono escolar em educação de jovens e adultos? que faz breves reflexões a cerca da sua eficácia ou não, na Educação de Jovens e Adultos, seguido pelas considerações finais.

## **2 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**

A alfabetização de jovens e adultos não deve ser encarada apenas como um ato de ensino e aprendizagem. Na verdade deve representar a construção de uma perspectiva de melhoria na vida de cada pessoa que recorre a essa modalidade de ensino. Se hoje essa modalidade de ensino ocupa um espaço significativo nas políticas de educação pública, é fruto de muita luta e avanços que foram conquistados à duras penas, conforme histórico a seguir.

Na época da colonização do Brasil, as poucas escolas que existiam era destinada ao ensino de poucos e privilegiados indivíduos das classes médias e altas. Pregava-se que não havia a necessidade de alfabetizar jovens e adultos. As classes menos favorecidas, os pobres, não tinham acesso à instrução escolar e quando a acontecia, era de forma indireta, de acordo com os ensinamentos de Ghiraldelli Jr. (2008, p. 24). Contudo, com a chegada dos jesuítas ao país, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem início, no Brasil, ainda na época da colonização.

Entretanto, a história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil no período colonial, não se deu de forma sistematizada. Nessa época não se percebia iniciativas governamentais significativas.

Os Jesuítas desenvolviam o trabalho de alfabetizar/catequizar crianças e adultos indígenas, a fim de difundir a fé católica associada ao trabalho educativo. À medida que alfabetizava, os jesuítas ensinavam também a doutrina católica, aliado aos ensinamentos da cultura europeia. Dessarte, percebe-se que a Educação de Jovens e Adultos não é recente no Brasil, pois desde o Brasil/Colônia já existia. Era a denominada educação para a população não-infantil (SOARES, 1996).

Entretanto, em 1808, com a chegada da família real ao Brasil, a educação de adultos, que já não era sistematizada é a erradicada, com a expulsão dos jesuítas. O império não se preocupa em assumir a responsabilidade pela educação desse público e a EJA acaba ficando às margens do império (STRELHOW, 2010).

Há, então, um lapso temporal muito grande da história da EJA e somente na década de 1930 é que essa modalidade de ensino efetivamente começa a ganhar destaque no cenário educacional brasileiro. Em 1934, o governo cria o Plano

Nacional de Educação (PNE) que estabelece que seja dever do Estado, ofertar ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensiva para adultos (FRIEDRICH et.al, 2010).

Nesse período a EJA sofreu um processo de amadurecimento que favoreceu a compreensão que dela se tinha há poucos anos atrás. A Educação de Jovens e Adultos passa a ser percebida como Educação Popular (GADOTTI; ROMÃO, 2005, p.15).

É nesse novo contexto, que Paulo Freire (apud SOARES, 1996) passa a difundir suas ideias de que a educação de adultos, enquanto educação popular, não deve ser construída apenas com base nos moldes e procedimentos didáticos. Ela deve ser concebida e realizada, considerando também o cotidiano de cada educando. Ele ensina que a educação de adultos é, sobretudo, um permanente processo de reflexão sobre as vivências do educando. O educar, nas lições de Freire (apud SOARES, 1996), deve ser construído a partir e de acordo com a cultura de cada aluno.

Freire, um dos precursores da alfabetização de jovens e adultos no Brasil, defendia o fim da educação elitista. Seu objetivo era difundir a ideia de uma educação democrática e libertadora, que parte da realidade, da vivência e da história de luta dos educandos, para o conhecimento sistematizado, porém libertador e crítico.

Freire, citado por Brandão (2006), assevera que o conhecimento prévio do aluno, de maneira nenhuma, pode ser ignorado ou desconsiderado.

A valorização dos conhecimentos prévios dos alunos, a sua “leitura de mundo”, dá o suporte para o desenvolvimento da oralidade, base da aprendizagem da leitura e da escrita. É preciso dar voz aos jovens e adultos, resgatar suas histórias, seus “causos”, fazê-los interagir com os textos, levantando hipóteses, validando-as ou não, mesmo que a leitura inicial seja realizada pela voz do alfabetizador. É nessa interação entre os seus conhecimentos prévios e os conhecimentos presentes nos textos que os alfabetizados vão construindo os seus possíveis sentidos (GADOTTI; ROMÃO, 2005, p. 85).

Sendo assim, cabe ao professor ministrar aulas que valorizem o ser, respeite a história de cada indivíduo, não apresente atividades prontas, trabalhe a importância do aprender a aprender, respeite e valorize a posição do outro, respeite

as diferenças, e por fim, oriente os seus alunos do EJA a trabalhar os sentimentos, juntamente com o conteúdo, da melhor forma possível.

Nesse período, há uma ebulição social, visto que está ocorrendo um acelerado crescimento no processo de industrialização e a migração da população para os centros urbanos. Assim, o crescimento da educação elementar, também foi estimulado pelo governo federal, que expandiu as diretrizes educacionais para todo o país.

Na década de 1940 houve muitas mudanças na educação de adultos. Algumas iniciativas políticas e pedagógicas ocorreram nesse período, a exemplo da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), uma das primeiras obras dedicadas especialmente ao ensino supletivo, exigindo a elaboração de materiais didáticos voltado especialmente para adultos (SOARES, 1996).

Em 1945, segundo Soares (1996), findo o período da ditadura de Vargas, o país passa a viver uma revolução política e a social, enfrentando momentos de graves crises. Nesse momento histórico, houve críticas ao grande número de adultos analfabetos. Estes, inclusive foram responsabilizados e culpabilizados por emperrarem o desenvolvimento do país.

Essas críticas fizeram com que a educação de adultos ganhasse destaque na sociedade e o governo, então, passou a buscar meios que possibilitassem a extensão da educação para todos, como meio de fomentar o desenvolvimento do Brasil. Na verdade, foi a necessidade de aumentar a base eleitoral que favoreceu o aumento das escolas de EJA, pois apenas homens alfabetizados podiam votar.

Em 1947, a já citada CEAA, busca alfabetizar os adultos em três meses, para em seguida capacitar profissionais para atuarem no desenvolvimento da educação comunitária.

Em 1950, acontece a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), demarcando nova fase da educação de adultos. Seus idealizadores defendiam que a ação alfabetizadora era insuficiente, e devia ser ampliada para englobar a educação de crianças e jovens. Ainda em 1950, mas já chegando aos anos de 1960, Paulo Freire propõe a alfabetização conscientizadora, e libertadora para as classes oprimidas.

Em 1963, Paulo Freire apresenta o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), propondo que a alfabetização fosse regionalizada, levando em consideração o

contexto de cada comunidade. Mas, o presidente João Goulart, sofre um golpe político imposto pelos militares, e Freire, é exilado, por suas ideias serem consideradas subversivas.

Sem poder esconder ou ignorar o grave problema do analfabetismo e devido às pressões externas, o governo militar lança, em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), movimento que persiste por todo o governo militar, sendo extinto com o fim da ditadura. Em seguida, surgem respectivamente a Fundação Educar e o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania, extintos em poucos anos, sem alcançarem as metas almejadas (SOUZA, 2007).

Na década de 90, a Educação de Jovens e Adultos reclama reformulações pedagógicas, destarte, a nova Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (LDBN), Lei nº 9394/96, reafirma a gratuidade e obrigatoriedade da oferta de educação para todos os que não tiveram acesso à educação na idade própria. A Lei assevera, no seu artigo 37 e 38:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

Apesar de limitar-se a dois artigos à Educação de Jovens e Adultos, a LDB 9394/96, ao associar a EJA ao ensino fundamental (Artigos 2, 3 e 4), assegura considerável ganho para a modalidade, além de prevê que as instituições devem considerar as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Ainda em 1990, acontece a Conferência Mundial de Educação para Todos, na Tailândia/Jomtiem, onde diretrizes planetárias para a Educação de Crianças, Jovens e Adultos de todos os países signatários da Conferência, foram estabelecidas, dentre eles o Brasil.

Já em 1997, acontece na Alemanha/Hamburgo, a V Conferência Internacional de Educação de Jovens, promovida pela Organização das Nações Unidas (UNESCO), deixando estabelecida a vinculação da EJA ao desenvolvimento sustentável e equitativo da humanidade. Marco importante para essa modalidade.

Em 2000, sob a coordenação do Carlos Roberto Jamil Cury, é homologada a Resolução nº 01/00 da CNE e, é também aprovado o Parecer nº 11/2000 – CEB/CNE, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

Em 2008, aconteceu um evento denominado Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, realizada de 8 a 13 de dezembro de 2008, em Natal-RN.

Fruto do encontro foi divulgada uma carta compromisso aberta a sociedade brasileira, *in verbis*:

Figura 1 - Carta de compromisso com a agenda territorial de desenvolvimento integrado da educação de jovens e adultos no Brasil

#### **CARTA DE COMPROMISSO COM A AGENDA TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**

As instituições e segmentos presentes na Reunião Técnica da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, realizada de 8 a 13 de dezembro de 2008, em Natal-RN, reafirmam seu compromisso com a Educação de Jovens e Adultos – EJA, concebida como direito de todos e todas ao longo da vida, mediante esforço coletivo para a implantação de ações de consolidação da Agenda. Reiterando a importância da participação democrática e republicana como princípio basilar das políticas públicas de estado em EJA, os presentes nessa Reunião compreendem que o compartilhamento de estratégias e ações contribui decisivamente para o cumprimento do direito à educação de qualidade e à sua oferta efetiva aos sujeitos que a demandam. Assim, comprometem-se a implementar mesas permanentes de trabalho, fortalecer os espaços de mobilização já existentes e, ainda, a planejar, executar e avaliar conjuntamente ações direcionadas à realização da EJA em seus territórios. Ratificam, também, a importância do fortalecimento de políticas públicas de estado para essa modalidade, tendo-se como ponto de partida a identificação da realidade e das necessidades educacionais de jovens, adultos e idosos, com especial atenção à diversidade etária, de gênero, étnica, racial, sócio-econômica, espacial, cultural, dentre outras.

Políticas de estado, sobretudo, no que diz respeito ao acesso à educação, à constituição de um sistema de atendimento que assegure o direito à educação básica e ao fortalecimento do conceito da Educação ao Longo da Vida. Acordam, por fim, a construção conjunta de cronogramas nos estados e no Distrito Federal, conforme as atribuições e responsabilidades de cada participante, com vistas tanto ao atendimento às recomendações constantes do Documento Nacional “Brasil: Educação e Aprendizagens de Jovens e Adultos ao Longo da Vida”, construído coletivamente durante a preparação do país à VI Confinteia, quanto à superação dos desafios diagnosticados para atendimento a essa modalidade em cada Unidade da Federação.

Natal, 12 de dezembro de 2008

Fonte: Portal do MEC (<http://portal.mec.gov.br>).

Esse documento reafirma o compromisso estatal com a Educação de Jovens e Adultos, concebida como direito de todos ao longo da vida, mediante esforço conjunto de toda sociedade e Governo para que sejam implantadas ações de consolidação dos objetivos expressos na Agenda (MEC, 2021).

A proposta da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos é periodicamente reunir os representantes de diversos segmentos da sociedade, de cada federação do estado brasileiro, para em conjunto, trabalhar de acordo com a filosofia do compromisso de todos pela educação, expressamente prevista no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

O objetivo é estabelecer agenda de compromissos para o ano e que cada estado, dentro das suas especificidades, trace metas para a educação de jovens e adultos. A responsabilidade pelo acompanhamento dos trabalhos em cada localidade é do Ministério da Educação (MEC).

Muitas foram as conquistas até aqui alcançadas, mas ainda existem alguns obstáculos a serem debelados, conforme virar-se mais adiante. Contudo, é importante ressaltar que essas conquistas já são referendadas legalmente.

## 2.1 ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os resultados do Censo Escolar 2004 indicaram que, no que tange ao número de alunos matriculados, as tendências de anos anteriores estão sendo mantidas, conforme tabela abaixo.

Tabela 1: Número de Estudantes na Educação Básica – Brasil – 2003/2004

Níveis e modalidades de ensino	Matrícula 2003	Matrícula 2004	Variação 2003/2004	Rede pública 2004	Participação Rede Pública
<b>Total Brasil</b>	54.667.259	55.027.803	0,7%	48.122.307	88,0%
<b>Creche</b>	1.237.558	1.348.078	8,9%	844.282	68,2%
<b>Pré-Escola</b>	5.155.676	5.553.180	7,7%	4.070.781	79%
<b>Ensino Fundamental</b>	34.438.749	34.012.151	-1,2%	30.683.857	89,1%
<b>Ensino Médio</b>	9.072.942	9.166.835	1,0%	8.056.000	88,8%
<b>Educação Especial*</b>	358.898	371.442	3,5%	136.770	38,1%
<b>Educação de Jovens e Adultos</b>	4.403.436		3,9%		98,3%

Fonte: Inep/MEC

Veja-se, que de acordo com a retrocitada tabela, entre os anos de 2003 e 2004:

- a) Queda na matrícula do ensino fundamental foi registrada;
- b) Houve expansão no número de matrículas na educação infantil;
- c) A Educação de Jovens e Adultos também registrou expansão no número de matrículas, como já vinha ocorrendo em anos anteriores;
- c) Também houve acréscimo no número de alunos no ensino médio;
- d) Foi registrado significativo avanço no processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais nas salas de aula comuns; e,
- e) Apenas no ensino médio regular observou-se uma taxa menor no número de estudantes, com relação ao número de matriculados do período anterior.

A matrícula na Educação de Jovens e Adultos aumenta 3,9%. Essa modalidade de ensino, Educação de Jovens e Adultos (EJA) possui 4,6 milhões de matrículas. Com base nos dados divulgados pelo censo escolar de 2004, esse número refere-se ao total de alunos matriculados já com o acréscimo dos 3,9% em relação ao último ano. No que tange ao ensino médio da EJA, com 1,2 milhão de estudantes, o aumento registrado foi mais expressivo, computando acréscimo de 18%. Nas turmas de 5ª a 8ª série do ensino fundamental de EJA o incremento no número de matrículas foi de 5,7%, passando a contabilizar 1,9 milhão de estudantes. Por fim, o INEP aponta ainda que, de 1ª a 4ª série não foi computada variação significativa na matrícula, que, atualmente, representa um total de 1,6 milhão.

Já o censo de 2007 mostra redução de 11,2% nas matrículas da EJA, em comparação com censo do ano escolar de 2006. O censo indicou ainda que aproximadamente 3,4 milhões de matriculados (67,7%) da EJA presencial e semipresencial, referem-se aos alunos que frequentam o ensino fundamental e cerca de 1,6 milhões, correspondentes a 32,3% dos alunos, pertencem ao quadro do ensino médio.

O censo apontou também que a maior concentração das matrículas da Educação Jovem e Adulta está na rede estadual, mais precisamente nos estados listados a seguir:

- a) Distrito Federal 94,1%;
- b) Roraima 84,5%; e,

c) Mato Grosso do Sul (80,8%).

O Censo Escolar de 2007 também incluiu os cursos do ensino médio que integram a modalidade EJA integrados com a educação profissional de ensino médio. Os resultados foram considerados tímidos. A justificativa é que se trata de um programa considerado relativamente novo. Mesmo assim, contabilizaram-se 9.747 matrículas, especialmente em escolas federais e escolas da rede privada.

Já os dados mais recentes do censo escolar, os do ano de 2019, no que tange a Educação de Jovens e Adultos, o INEP, divulgou que o número de matrículas diminuiu 7,7% no último ano, reduzindo a taxa de matrículas para a 3,2 milhões em 2019. Frisa ainda que essa modalidade de ensino tem recebido alunos do ensino regular. Do ano de 2018 para o ano de 2019, o censo demonstrou que aproximadamente 300 mil alunos dos anos finais do ensino fundamental e quase 200 mil alunos do ensino médio passaram para a EJA. Esses alunos possuem histórico de retenção e fazem esse movimento com o objetivo de alcançar meios para concluir a educação básica.

## 2.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA BAHIA E EM PERNAMBUCO: UM BREVE PANORAMA

O Vale do São Francisco é a região que margeia o rio São Francisco desde os estados de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Contudo, para melhor delimitar o estudo, serão aqui tratadas as questões pertinentes aos dois estados de Pernambuco e Bahia, devido à proximidade existente entre os dois e também por ser a região onde esse estudo foi realizado.

A priori, vale frisar que poucos são os dados oficiais e atuais disponíveis sobre a modalidade da Educação de Jovens e Adultos na região, especialmente dados sobre evasão. Contudo, foram coletados dados que permitirá ter-se uma visão panorâmica da realidade da Educação de Jovens e Adultos nessa região.

### 2.2.1 Educação de Jovens e Adultos em Pernambuco

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que surgiu como um programa que nasceu com o intuito de dar uma segunda oportunidade de ensino para aqueles que não puderam frequentar a escola no período regular.

O programa foi criado por um Decreto de nº 6093 em 24 de abril de 2007, e seu escopo era a universalização da alfabetização de Jovens e Adultos, que contasse com 15 anos ou mais. Foi uma conquista porque ele a partir daquele momento, o poder estatal passou a financiar a Educação de Jovens e Adultos que a era sempre precária, e não encontrava apoio no governo. Dentre os programas agora financiados pelo Estado, surge em 2005, o programa Saberes da Terra, que popularmente ficou conhecido como Projovem campo (MST.ORG.BR, 2021).

o Ministério da Educação (MEC), em 2005 lançou o projeto Saberes da Terra ou simplesmente Projovem Campo, como ficou mais conhecido, com o intuito de resgatar a histórica dívida da sociedade brasileira com os jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de estudar no período regular e vivem no campo. A meta era escolarizar 275 mil jovens agricultores que se encontravam em defasagem de estudo em nível fundamental.

Em Pernambuco, há quem acredite que a história da educação do campo, nasce no município interiorano de Santa Maria da Boa Vista, no Vale de São

Francisco, recantos do sertão do estado pernambucano. Em 1995, mais precisamente no mês de agosto, 2.200 famílias Sem Terra ocuparam a Fazenda Safra, localizada no município de Santa Maria da Boa vista. Foi a partir desse momento que surgiram inúmeros acampamentos de famílias Sem Terra que se assentou em fazendas falidas da região (MST.ORG.BR, 2021).

Foto 2 – Alunos rurais do Programa Projovem Campo, escola Franscesco Moura



FONTE: Site mst.org. br., 2021. (Fotos Luiz Mario Santana).

Passados mais de vinte anos, atualmente, o trecho é conhecido como “Estrada da Reforma Agrária” que fica em um trecho que liga os municípios de Santa Maria da Boa Vista e Petrolina. Esse nome se deve ao fato de ao longo desta estrada, existir muitos outros assentamentos e pequenos lotes irrigados, onde as famílias de agricultores cultivam plantios de goiaba, melancia, manga, macaxeira, maracujá, uva, e banana, para o seu sustento (MST.ORG. BR, 2021).

Como um dos resultados desse processo de invasão de terra e assentamento de inúmeras famílias naquela região, surge à escola Francesco Moura, que fica localizada no assentamento “Mãe Safra”, o assentamento mais antigo de Santa

Maria da Boa vista, onde um dos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) acontece no período da noite Ana Paula Monteiro Araujo, integrante do setor de educação do MST e coordenadora de (05) cinco turmas de EJA no município de Serra Talhada, Cidade que dista 242 quilômetros de Santa Maria da Boa Vista, no Sertão de Pernambuco, enfatiza que “pela primeira vez temos turmas de jovens e adultos cursando o ensino médio dentro dos nossos assentamentos”. Ainda segundo a coordenadora, o caminho foi longo e doloroso. A batalha foi árdua e “tudo vem da “luta dos movimentos sociais.” A ocupações de terras no município já reflete a exclusão social que vitimava essas famílias e indivíduos desse grupamento já encaravam a exclusão escolar. As primeiras iniciativas de alfabetização de jovens e adultos, estudantes rurais, foram realizadas ainda “no calor da lona preta”, assevera a coordenadora (MST. ORG. BR, 2021).

O Movimento dos Sem Terra (MST) em união com os quilombolas, povos indígenas e sindicatos dos trabalhadores rurais, impulsionaram mobilizações com vistas a exigir políticas de educação que se adaptasse à realidade do campo. Dessa pressão, surgiu a parceria com o poder público. Somente em 2006, após o programa Brasil Alfabetizado, o estado de Pernambuco estreou, lançou o programa “Semeando Letras no Campo”, que oferece ensino de primeira à quarta série do ensino fundamental.

Ainda em 2006, os Sem Terra começam a integrar o Comitê de educação do campo do estado de Pernambuco e passam a acompanhar de perto, as quatro edições do programa, interferindo na sua elaboração, realizando diagnóstico das necessidades dos trabalhadores rurais do assentamento, mobilizando os futuros educandos nas comunidades, para juntos procederem à elaboração do projeto político-pedagógico da sua escola.

A luta protagonizada pelos camponeses do interior do sertão pernambucano fez com que o Movimento se firmasse e fosse reconhecido como referência na educação do campo, passando orientar e a dirigir uma formação específica destinada aos professores do EJA que, já são preparados para trabalharem a partir da realidade do chão da escola, em especial da escola dos assentados, trabalhadores rurais.

O desejo é expandir os níveis de ensino ofertados pela escola do assentamento. Denúncias dos limites dos programas existem e são frequentes.

“Esses projetos eram concebidos como paliativos, sem conseguir elevar o grau de escolaridade. Quem fazia alfabetização não tinha perspectiva de continuar”, denuncia Rubneuz Leandro, da direção do setor de educação. Após a realização de seminários, marchas e ocupações, os Sem Terra reivindicaram a criação de programa que fornecesse e garantisse a continuidade da educação de jovens e adultos, expandindo-se da alfabetização até, pelo menos, o nível médio. Somente em 2013, após sete anos de árdua e acirrada luta, a reivindicação foi atendida pelo governo do estado de Pernambuco e, finalmente o programa EJA Campo passa a vigorar, garantindo que todos os segmentos da educação de jovens e adultos, até o ensino médio, passem a funcionar com currículos e metodologia unificados. Para a coordenadora Maria Fernanda, que comemora a conquista, a iniciativa é pioneira e vai garantir melhores possibilidades de construção e aquisição de habilidades para os jovens e adultos, trabalhadores rurais dos assentamentos (MST.ORG. BR, 2021).

A coordenadora de turmas de EJA no município de Petrolina, Tatiane de Souza Santos, filha de assentada, explica que “a grande conquista é quando você chega num assentamento e vê aquele sujeito, que era analfabeto, sabendo ler e escrever.” Ao criar e estimular vínculos de socialização, os professores destacam que o convívio melhora e reforçam a identidade nas comunidades, melhorando, inclusive o andamento e aproveitamento das aulas. As atividades práticas, realização de projetos e valorização dos saberes que os alunos já trazem consigo, potencializar a produção de conhecimento dos alunos, conforme didática a muito ensinada por Paulo Freire (2010). “Graças aos alunos do Saberes da Terra, temos hoje comercialização de galinhas e hortaliças, produzidas em assentamentos”, conta o pedagogo Adailton dos Santos Cardoso, integrante da direção estadual do MST (MST.ORG. BR, 2021).

Edilene Menezes Mota é assentada e também coordenadora de EJA no município de Santa Maria da Boa Vista. Ela assevera que a evasão é um dos maiores problemas enfrentados na escola. “A permanência dos educandos dentro da sala de aula é muito difícil porque muitos já chegam muito cansados do trabalho”, explica a coordenadora.

Ela ainda diz que alguns alunos e trabalhadores rurais, são obrigados a migrarem para outros assentamentos em busca de trabalho e renda, dificultando a continuidade da sua escolarização. A infraestrutura também é muito precária, o que

constitui outro grave problema. A título de exemplificação, a coordenadora explica que é comum, na escola, que as mães assistam às aulas, acompanhadas por suas crianças, por falta de um recreador, que a priori, deveria fazer parte do programa.

Esse recreador seria responsável pela “Ciranda Infantil, que foi idealizada com o intuito de assegurar acompanhamento para as crianças, enquanto os pais estivessem na escola. Outra problemática apontada refere-se ao material didático que deveria suportar o ensino. Depois de seis meses que o curso havia iniciado o material didático que deveria ser distribuído para os alunos da EJA, ainda não havia chegado. Por fim, outro ponto nefrálgico refere-se à merenda escolar. Não é raro que falte merenda para os alunos que se prontificam a estudar. Esse aspecto dificulta o trabalho do professor, especialmente no programa EJA Campo, porque muitos alunos são atraídos por essa refeição, que, às vezes é essencial para a maioria dos alunos (MST.ORG. BR, 2021).

Rubneuzza Leandro ainda denuncia que: “Os programas de EJA deveriam ser medidas temporárias, destinadas a reverter a exclusão histórica dos camponeses pelo sistema educacional. Mas, com o fechamento de escolas e a falta de investimento, o nosso sistema continua a criar analfabetos.” No campo pernambucano, o ano de 2014 começou com uma onda de fechamento de escolas.

No município de Santa Maria da Boa Vista três escolas que ofereciam educação na modalidade de EJA foram fechadas, gerando sobrecarga para as demais que permaneceram funcionando. “As escolas restantes são superlotadas”.

“No povoado vizinho, tem crianças estudando dentro de uma capela!”, denuncia Edilce de Maria, assentada. Mais de 37 mil escolas do campo, nos últimos dez anos, foram fechadas no país. É preocupante constatar, que em 2012, pela primeira vez nos últimos 14 anos, a taxa de analfabetismo voltou crescer no Nordeste brasileiro, passando de 16,9% (2011) para 17,4% (MST.ORG. BR, 2021).

## 2.2.2 Educação de Jovens e Adultos na Bahia: Breve Histórico

Objetivando atender ao Jovem e adulto, o Estado da Bahia lançou a política para a Educação de Jovens e Adultos, que segundo estabelece nas suas diretrizes, tem o intuito de compreender a EJA enquanto modalidade apropriada ao “jovem e adulto trabalhador”. Para tanto, a EJA, na Bahia está indica para atender os jovens (a partir dos 18 anos), adultos e idosos, considerando que:

1. De acordo com o art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), considera-se criança a pessoa com até doze anos de idade incompletos, e adolescentes entre doze e dezoito anos de idade.
2. Programas do Governo Federal, a exemplo do ProJovem no Campo e PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) delimitam a participação a jovens sempre a partir dos 18 anos.
3. O Documento Base para a VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), a ser realizada no Brasil em 2009, sustenta que: as estratégias didático-pedagógicas da EJA também tentam superar outros processos ainda marcados pela organização social da instituição escolar, hierarquizada como um sistema verticalizado, com saberes e conhecimentos tomados como “conteúdos”, sem os quais o sujeito não adquire a legitimidade pelo que sabe (2008, p. 3).  
Argumenta ainda que:  
um currículo para a EJA não pode ser previamente definido, se não passar pela mediação com os estudantes e seus saberes, e com a prática de seus professores, o que vai além do regulamentado, do consagrado, do sistematizado em referências do ensino fundamental e do ensino médio, para reconhecer e legitimar currículos praticados (2008, p. 4).
4. A revisão do Parecer da EJA, promovida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), a qual resultou no Projeto de Resolução, indica a elevação da idade para acesso na EJA, assim como a ampliação da educação fundamental e média no noturno, para fazer face às demandas de educandos menores de 18 (dezoito) anos.

Já os adolescentes (de 15 a 18 anos incompletos) terão garantido o seu direito de formação oferecido em programas e projetos específicos à Educação Fundamental e própria do percurso escolar.

Desde os primórdios da década de anos 70 até início dos anos 80, as atividades da EJA estiveram restritas às iniciativas do Governo Federal, a exemplo do MOBREAL, bem a implantação de cursos supletivos, consoante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 5692/71.

De 1987 ao início de 1989, sob inspiração Fundação Educar e também da tendência mais progressista, o governo do estado buscou gerar maiores oportunidades de acesso ao ensino para jovens e adultos com idades variadas. As

propostas governo, pela primeira vez na história da educação do estado, atribuíram à alfabetização de jovens e adultos, posição de destaque, invertendo a ordem de prioridades, realizando ações sob a coordenação do Departamento de Educação Continuada da Secretaria Estadual de Educação Básica, redimensionando, assim, a política de educação até então existente.

A partir de então, tem-se que:

A questão central é construir uma política de educação de jovens e adultos que contemple a formação do cidadão – possuidor de direitos e deveres – e a preparação do trabalhador-produtor e consumidor – ou seja, que discuta a relação entre educação e trabalho, a partir da concepção de cidadania, numa perspectiva histórico-crítica de compreensão da realidade (BAHIA, 1987, p. 3).

Foi um avanço em direção às formações daqueles alunos, que por diversos motivos, deixaram de estudar no período apropriado à educação no ensino regular. O governo Valdir Pires implantou os Núcleos de Educação de Adultos (NEA) que objetivava: “proporcionar ao jovem e adulto uma educação básica voltada para a formação do trabalhador e do cidadão, capaz de participar de forma consciente, crítica e responsável do processo de transformação da sociedade” (BAHIA, 1997, p. 4).

A maioria das propostas apresentadas pelo NEA para essa modalidade de ensino não foi de fato implantada em todas as cidades onde funcionavam as Superintendências Regionais de Educação (SUREDs), concentrando-se apenas nas capitais e em muito poucas cidades do interior do estado.

Somente em 1988, teve início à discussão e elaboração de propostas para a educação básica de jovens e adultos, com os devidos encaminhamentos ao Conselho Estadual de Educação (CNE) para aprovação.

Segundo documentos oficiais (Bahia, 1987) o processo envolveu basicamente quatro projetos:

- a) Escola Popular Noturna (EPN);
- b) Ensino Individualizado (EI);
- c) Sábado e Domingo na Escola (SDE); e,
- d) Exames de Educação Geral (EEG).

A Escola Popular Noturna (EPN) era destinada a jovens e adultos que podiam frequentar a escola de forma regular, visto que o curso previa avaliação no

processo. Concluindo 4ª série do ensino regular, ou a EPN, com aprovação comprovada, o aluno, com idade que contasse com 18 anos de idade ou mais, tinha direito de se matricular no Ginásio Popular Noturno (GPN), que estava dividido em quatro blocos semestrais que deveriam ser cursados no intervalo de dois anos letivos. Ao final desse processo o aluno adquiria escolaridade equivalente a período de 5ª à 8ª série, tendo, portanto o direito de ingressar no ensino médio (BAHIA, s/dB).

Outro projeto idealizado e implementado no estado da Bahia foi o Ensino Individualizado (EI), destinado a jovens e adultos com dificuldade de frequência constante à escola, por desenvolverem atividades ocupacionais que exigia alta rotatividade em seus horários. Esses alunos recebiam atendimento individualizado, uma vez por semana e se submetiam à avaliação no processo. Para sua conclusão, o aluno dispunha de um tempo mínimo de um ano e máximo de dois anos para conclusão da 1ª a 4ª série. A cada disciplina aprovada, recebia-se certificado de conclusão parcial e, ao concluir todas as disciplinas, o certificado de conclusão de grau de escolaridade (BAHIA, s/dB).

Já o projeto Sábado e Domingo na Escola (SDE) destinava-se aos alunos que não podiam freqüentar as aulas durante a semana. A prioridade era os jovens e adultos com idade igual ou superior a 12 anos. Os inscritos tinham acesso a cursos de alfabetização, preparação para o trabalho e atividades de cultura, esporte e lazer. O objetivo era oportunizar a escolarização básica (da alfabetização ao correspondente à 4ª do 1º Grau), leitura, escrita, cálculo e preparação para o trabalho, sem dispensar o acesso às atividades de cultura, esporte e lazer, com foco na formação da cidadania (BAHIA, s/dB).

Para jovens e adultos que tivessem dificuldades de freqüentar o Projeto Sábado e Domingo na Escola, restava-lhes a oportunidade de Exames de Educação Geral (EEG), ou Exames Supletivos. A SEC aplicava as provas no interior, porém só nos municípios que sediavam as SUREDs. Uma equipe se deslocava de Salvador duas vezes por ano com essa finalidade.

Além dos quatro retrocitados projetos de ensino para jovens e adultos, também foi implantado o Programa de Alfabetização de Adultos no Estado da Bahia, que visava “combater efetivamente o analfabetismo colocando a Bahia em lugar de

destaque positivo, no plano nacional, pretendendo ser uma resposta às camadas populares” (BAHIA, 1987, p. 2).

O intuito do Programa era alfabetizar 1.400.000 jovens e adultos, no período de quatro anos, proporcionando a continuidade do processo educativo, estimulando a mobilização e organização sociais. Porém, a prática, o programa só vigorou por pouco mais de um ano.

Na década de 90, com fulcro numa política econômica neoliberal de privatizações de grandes empresas estatais, o governo da Bahia desenvolveu e implantou projetos voltados para a EJA.

Somente em 1992, a Gerência de Educação Básica de Jovens e Adultos (Gebad), elaborou uma proposta curricular para EJA, com fulcro na Lei 5.692/71, denominada Curso de Suplência de Educação Básica, aprovada pela Resolução CEE n.º 032/92 e publicada no Diário Oficial de 27 de agosto de 1992.

A proposta de currículo para EJA (BAHIA, 1992) apresenta caráter supletivo (Suplência I – 1ª a 4ª série, realizada em três estágios; e Suplência II – 5ª a 8ª série, realizada em dois estágios. Cada estágio tem duração de um ano letivo, conforme calendário da SEC), avaliação no processo, com vistas a garantir a continuidade dos estudos. Em 1996 é implantado o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos (EJA Bahia). “É um Programa que objetiva reduzir os índices de analfabetismo no Estado [...] entre pessoas com 15 anos ou mais” (BAHIA, 1996) e garantir o acesso e a continuidade de seus estudos” (BAHIA, s/dB).

A Gebad também desenvolveu, desde 1996, o PROLEIGOS, que é um programa que visa habilitar Professores Leigos, não titulados, que atuam nas classes de 1ª a 4ª série das redes municipais.

Em 1996, também foi ampliado o programa de Suplência I e II, atingindo agora o Ensino Médio, contando com um currículo organizado por áreas do conhecimento. Para Leite (2005, p. 12) o FUNDEF “excluiu de seu atendimento os alunos da modalidade de ensino oferecida a jovens e adultos, mesmo sendo essa uma modalidade de oferta do ensino fundamental, como comprovam e argumentam educadores militantes da EJA”.

O programa REAJA que foi implantado em Vitória da Conquista em 1997, tinha sua proposta fundamentada nas lições de Paulo Freire e, por isso, dava ênfase a necessidade da prática e dialética entre o docente, jovens e adultos envolvidos na

construção do ensino-aprendizagem. Priorizava a conscientização, tão enfatizada por Freire.

Dessarte, a história da EJA no estado da Bahia passa a ser modificada deixando de ser marcada apenas por campanhas e programas temporários, porém é uma jornada repleta de idas e vindas e que ainda não foi finalizada. Ainda há muito pelo que lutar, pois ainda há muito que se colher.

#### 2.2.2.1 Educação de Jovens e Adultos na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

O formador consiste em um professor que busca ensinar alguém a também ser professor. A EJA tem como objetivo maior a formação por meio da sociabilidade em que todos tenham vida digna, a vida produtiva que todos desejam ter. Com essa visão humanista, é que a caminhada histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), vem sendo consolidada. É uma história feita por todos que vão construindo seu percurso cotidianamente desde 1980, quando foi criada a Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação em Educação de Adultos pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro (FFCLJ), atualmente denominado Departamento de Ciências Humanas, Campus III/UNEB. Uma iniciativa pioneira no Estado. Tal curso foi mantido até o ano de 2005.

Entre 1998 e 2003, surge outra iniciativa pioneira, que foi a proposição do Curso de Especialização em EJA, em parceria com o Departamento de Educação (DEDC), Campus I e o Departamento de Ciências Humanas (DCH), Campus III, da UNEB, apoiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), como ação integrante do Projeto Nordeste. Essa iniciativa objetivava qualificar, de preferência aqueles professores da rede pública que atuassem na EJA.

Já entre 2011 e 2013, o Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos, foi autorizado pela Resolução 811/2011 do Conselho Universitário (CONSU), da UNEB, e passa a ser oferecido pelo Departamento de Educação (DEDC), Campus X da UNEB, na cidade de Teixeira de Freitas.

Não é demais frisar que, os cursos de Pedagogia da UNEB, têm a EJA como objeto de estudo, em todos os Departamentos, com a oferta de, pelo menos, um componente curricular. Essa oferta foi estendida para os cursos das Licenciaturas do

Programa de Formação Inicial de Professores da Educação Básica/Plataforma Freire (PARFOR).

Em 2002, por força da Resolução de nº 172/02, do Conselho Universitário (CONSU) da UNEB, a universidade criou o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA), que objetiva fomentar e implementar pesquisa e extensão em EJA, tornando-se espaço de referência. Por meio de NEJA, a UNEB, participou efetivamente dos Seminários Nacionais de Formação de Educadores, contribuindo significativamente para a área.

A Bahia também conta com o Observatório de Educação de Jovens e Adultos do Território de Identidade do Sisal (OBEJA-TIS/UNEB/CAPES). Esse espaço consiste em outra experiência importante para a EJA, visto que é “[...] uma rede que objetiva consolidar ações na EJA, desde a perspectiva dos debates atuais sobre educação popular, movimentos sociais e desenvolvimento local, articulando ações de pesquisa, planejamento e finanças” (NUNES; SANTOS; BARRETO, 2015, p. 184). É uma ação que envolve seis municípios, Movimentos Sociais, o Fórum Regional de Educação de Jovens e Adultos do Território do Sisal e a UNEB, por meio do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGEduc).

Em 2012, com o acúmulo de experiência na EJA, A UNEB inova e cria o Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos, aprovados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), passando a funcionar, em 2013. Trata-se de mais um pioneirismo da universidade, pois é o primeiro Mestrado Profissional, na área, proposto por uma Instituição de Ensino Superior (IES), no Brasil. A implementação do Mestrado Profissional em EJA é um marco que reflete o envolvimento e compromisso social da UNEB com a EJA e seu público.

No capítulo a seguir, disserta-se sobre alguns marcos legais da EJA.

## 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ALGUNS MARCOS LEGAIS

Como dito anteriormente, com um breve estudo do contexto histórico da educação de jovens e adultos no Brasil, as políticas públicas de educação para a EJA são recentes, “cerca de 50 anos de histórias de lutas” Lima (2017, p. 361), pois o que existia no período colonial não era sistematizado e nem advinha de políticas governamentais. Eram iniciativas isoladas que não sistematizava o ensino de adultos no país.

As conquistas até aqui alcançadas pelos jovens e adultos, foram fruto de campanhas de alfabetização e projetos sempre marcados com características de descontinuidade e provisoriedade. Apenas em 1988, com o advento da Constituição Federal do Brasil, é que surgem as primeiras políticas educacionais de fato expressivas, tendo como enfoque a Educação de Jovens e Adultos e a garantia dos seus direitos individuais e coletivos, enquanto cidadãos brasileiros.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (Brasil, 2000) reconhecem que, a problemática da exclusão social no Brasil é fomentada pela defasagem educacional que foi imposta a muitos cidadãos brasileiros, relegando-os à marginalidade ao negar-lhes seu direito de exercer a plena cidadania e de integrar-se à vida produtiva, negando-lhes seus direitos à educação.

No arcabouço jurídico educacional brasileiro, a primeira lei que faz referência à EJA é a Lei 5692/71, que versa sobre o Ensino Supletivo. A priori, esta modalidade de ensino foi regulamentada, com o escopo de garantir as seguintes funções, essencialmente: “a suplência, o suprimento, a aprendizagem e a qualificação, mediante a oferta de cursos e exames supletivos” (SOARES, 2001, p.206).

Contudo, as políticas educacionais que realmente tiveram peso e impactaram a EJA no cenário nacional, têm seu início com a Constituição Federal de 1988, que no seu artigo 208, no Título dos Direitos Individuais e Coletivos, garante que, todos os cidadãos brasileiros, têm direito à Educação. Veja-se o artigo 208, *in verbis*:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

Observa-se, que o constituinte, por meio deste artigo, enfim, demonstra preocupação com aqueles que não tiveram condições de estudar em idade própria. Em cumprimento aos preceitos legais expressamente contidos na Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), Lei nº 9394/96, também assegura que a EJA é uma Modalidade da Educação Básica: “a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio, na idade própria” (BRASIL, 1996).

Veio a calhar, que nesse momento da história do Brasil, Paulo Freire, um dos precursores da educação de adultos, como se viu anteriormente, retorna do exílio, encontrando um terreno fértil, para desenvolver seu trabalho com a educação de adultos, pois naquele momento, a EJA passa a ter mais destaque, com Conferências e Estudos sobre a Necessidade de combater o Analfabetismo no Brasil, que apresentava altos índices, até então (BRASIL, 2006).

É importante frisar que entre 1981 e 1986, quase 50% das crianças brasileiras, mais precisamente 48%, daquelas que se encontravam na faixa etária entre 10 e 14 anos, conseguiam ter acesso à escola. Contudo, estas permaneciam por apenas três anos ou menos na escola.

Já entre os jovens, que se encontravam na faixa etária entre 15 a 17 anos, apenas 8,3%, conseguia atingir um nível de escolarização de nove anos ou mais. Nas lições de Haddad e Di Pierro (2000), uma análise da década de 80 revela que no período de 1980 a 1991 (período de 11 anos) a queda nas taxas de analfabetismo, não foi significativa. Na verdade foi bem modesta.

Apesar dos pífios resultados alcançados no período retrocitado (1980-1991), é animador saber que após a Constituição Federal de 1988, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem construindo um espaço de garantia nas políticas educacionais. A LDBN (Lei nº 9.394/96), por exemplo, integrou uma mudança conceitual importante para a EJA. Sobre o tema, Soares (2002) tece uma análise interessante sobre esta mudança:

A mudança de “ensino supletivo” para “Educação de Jovens e Adultos” não é mera atualização vocabular. Houve um alargamento do conceito ao mudar a expressão de ensino para educação. Enquanto o termo “ensino” se restringe à mera instrução, o termo “educação” é muito mais amplo, compreendendo os diversos processos de formação (SOARES, 2002, p. 12).

Para além da mera atualização de um conceito, Soares explica que, ao mudar o termo “ensino” para “educação”, o legislador pretende que o trabalho em educação com jovens e adultos seja ampliado, abrangendo diversos processos de formação do indivíduo da forma mais integral possível.

Mas, nem só de conquistas têm sido as últimas décadas da caminhada da EJA em busca de garantir seus direitos. Em 1997, a título de exemplificação, o Decreto nº 2.208/97, ao abordar a reforma da Educação Profissional, não contabilizou os alunos EJA na contagem de matrículas para os repasses de recursos federais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef/1996). Essa exclusão reflete diretamente na falta de investimento de recursos financeiros para custear essa modalidade de ensino. A consequência maléfica foi a redução de oferta de vagas nos municípios, conforme denuncia de especialistas da área (Rummert; Ventura, 2007).

Entre vitórias e derrotas, a Educação de Jovens e Adultos segue resistindo às iniciativas muitas vezes prejudiciais, mas resistindo e buscando se incluir no rol das políticas públicas. Em 2000, o Parecer nº 11, aprovado pela Câmara de Educação Básica, regulamentou as Diretrizes Curriculares para a EJA, que qualifica a Educação de Jovens e Adultos e destaca suas funções: reparadora, equalizadora e qualificadora.

Soares (2002) esclarece o Parecer 11 (Brasil, 2000, p. 34-41), tecendo reflexões a cerca de cada uma das funções da EJA, a saber:

A função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano (p. 34). (...)

A função **equalizadora** da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados, encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma **reparação** corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura de canais de comunicação (p. 38). (...) Essa tarefa de propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida é função permanente da EJA que pode se chamar de **qualificadora**. Mais do que uma função ela é o próprio sentido da EJA. (**grifos nossos**).

A Educação de jovens e adultos, conforme ensinamento do retrocitado autor, tem a função de reparar, mesmo tardiamente, as injustiças socioculturais às quais

esse público específico foi submetido por décadas, ao ter-lhe sido negada a oportunidade de educação. É também equalizar, fornecendo as ferramentas necessárias para que jovens e adultos possam competir com mais igualdade de condições com as demais pessoas. E, por fim, a EJA também tem a função de qualificar permanentemente, atualizando os conhecimentos desses adultos e jovens por toda a vida.

No que concerne à legislação específica para a Educação de Jovens e Adultos, o Portal do Ministério da Educação (MEC), acessado em 24 de setembro de 2021, dispõe em seu sítio eletrônico, diversos pareceres e resoluções que foram implementados, com os seus respectivos objetivos e finalidades. Vejam-se alguns:

Dispor, estabelecer, reformular e reexaminar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB nº 11/2000; Resolução CNE/CEB nº 1; Parecer CNE/CEB nº 36/2004; Parecer CNE/CEB nº 29/2004);

Incluir a EJA como alternativa para a oferta da Educação Profissional Técnica de nível médio de forma integrada com o Ensino Médio (Parecer CNE/CEB nº 20/2005);

Atualizar as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional técnica de nível médio (Resolução CNE/CEB nº 4);

Instituir e reexaminar Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos - EJA em relação à duração dos cursos e idade mínima para o ingresso na EJA; a EJA desenvolvida por meio da educação a distância; idade mínima e certificação nos exames de EJA (Parecer CNE/CEB nº 23/2008; Parecer CNE/CEB nº 6/2010; Resolução CNE/CEB nº 3);

Além disso, há a Resolução/CD/FNDE nº 51, de 15 de dezembro de 2008, que estabelece critérios voltados, principalmente, para a apresentação, seleção e apoio financeiro a projetos que visem a produção de materiais pedagógicos, de caráter formativo e apoio didático para a EJA e a formação de professores, coordenadores e gestores da EJA.

Em suma, os dispositivos supracitados, são destinados a instituir, reformular e atualizar as diretrizes curriculares, operacionais e de apoio financeiros para financiar a EJA, desde recursos pedagógicos e didáticos, até a formação continuada de professores, coordenadores e gestores.

Em 2005, o Governo Federal criou o Programa de Apoio a Estados e Municípios para a Educação Fundamental de Jovens e Adultos (EJA), financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O objetivo é suplementar os recursos financeiros para os estados e municípios, com vistas a ampliar a oferta de vagas na educação fundamental de jovens e adultos (BRASIL, 2005).

Esse programa também visa destinar recursos para a aquisição de livros didáticos, contratação de docentes, em caráter temporário e, a formação continuada de professores (FNDE, sítio *online*).

Quanto ao Programa Brasil Alfabetizado (PBA) desenvolvido desde o ano de 2003, pelo MEC, seu objetivo é alfabetizar jovens, adultos e idosos e formar professores alfabetizadores, com o intuito de ampliar o acesso à educação. (PORTAL BRASIL, 2011).

Já o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) é um programa desenvolvido pelo MEC, com o objetivo de integrar a educação profissional à educação básica, superando a dualidade entre trabalho manual e intelectual, percebendo o trabalho em sua perspectiva não alienante e criadora. Para isso, o programa requer e incentiva:

(...) a construção de respostas para diversos desafios, tais como, o da formação do profissional, da organização curricular integrada, da utilização de metodologias e mecanismos de assistência que favoreçam a permanência e a aprendizagem do estudante, da falta de infraestrutura para oferta dos cursos dentre outros. (PORTAL MEC, PROEJA, sítio *online*, set.2021).

Mas nem sempre é isso o que se vê na prática. Muitas vezes o foco de alguns municípios é a quantidade de alunos que concluíram o ensino fundamental, em detrimento da qualidade da educação ofertada. São ações que não priorizaram o aluno de EJA, nem se preocupam, de fato, com a formação dos professores que vão atuar com essa modalidade de ensino.

Rummert e Ventura (2007, p. 13) tecem críticas a essa realidade:

O caráter utilitarista e empobrecido da concepção de educação proposta para os jovens e adultos brasileiros está amplamente coerente com a opção de sermos uma economia inserida no mercado mundial de forma associada e subordinada às nações centrais, posição que nos coloca predominantemente ligados às atividades econômicas neuromusculares, as quais necessitam de pouco investimento em educação. Trata-se de uma concepção de Educação para Jovens e Adultos trabalhadores restrita às necessidades do modelo societário do capital, que nos coloca, predominantemente, como consumidores e não como produtores de tecnologia.

A partir de 2017, segundo dados do MEC, houve uma expressiva expansão de vagas para o EJA no Brasil. Esse aumento foi de 50%. É um avanço que traz

consigo um novo desafio, a saber: a concretização das diretrizes educacionais da EJA. Se mais adultos estão retornando para a escola, maior é o desafio que o poder estatal e as escolas têm nas mãos.

Ainda, com base nas informações do MEC, tem-se discutido o que fazer para manter o aluno no programa até a sua conclusão. A evasão escolar ainda é um dos pontos nevrálgicos a serem superados, visto que muitos alunos desistem antes de concluírem todas as etapas, abandonando os estudos. Esse tema será aprofundado mais adiante nesse estudo. As diretrizes e metas da EJA só se concretizarão com o comprometimento de todas as equipes em todos os âmbitos governamentais. Também, é exigida a participação da sociedade e de todos os profissionais da educação.

Então, viu-se que a reforma constitucional de 1988, no artigo 205, expressamente assegura, que “a educação é um direito de todos e um dever do Estado”. Assim sendo, a EJA é essencial para a concretização dos direitos dos cidadãos no campo educacional. Sabe-se que os desafios para extirpar o analfabetismo no Brasil são muitos. Por isso mesmo, a importância da continuidade das reflexões e debates a cerca da formação inicial e continuada dos profissionais, do acompanhamento dos parâmetros nacionais propostos pela LDBN e dos resultados norteadores da educação, com fulcro nas legislações até aqui conquistadas. Portanto, saber qual a importância da EJA e continuar na luta pela concretização e efetivação de novos e melhores direitos, está diretamente associado com a mudança de cenário do analfabetismo no Brasil.

No próximo capítulo serão tecidas reflexões a cerca da evasão e abandono escolar e difícil suas possíveis causas e consequências.

## 2.4 O PERFIL DO ALUNO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Educação de Jovens e Adultos, por ser uma modalidade de ensino distinta, requer que se pensa no público alvo que essa modalidade de ensino pretende atender, considerando o contexto em que esse jovem ou adulto está inserido. Dessa forma, PAIVA elucida que:

São homens e mulheres, trabalhadores/as empregados/as e desempregados/as ou em busca do primeiro emprego; filhos, pais e mães; moradores urbanos de periferias e moradores rurais. São sujeitos sociais e culturalmente marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura. Vivem no mundo urbano, industrializado, burocratizado e escolarizado, em geral trabalhando em ocupações não qualificadas. Portanto, trazem consigo o histórico da exclusão social. São, ainda, excluídos do sistema de ensino, e apresentam em geral um tempo maior de escolaridade devido a repetências acumuladas e interrupções na vida escolar. Muitos nunca foram à escola ou dela tiveram que se afastar, quando crianças, em função da entrada precoce no mercado de trabalho, ou mesmo por falta de escolas (PAIVA, 1983, p. 19).

É relevante e aconselhável que toda e qualquer modalidade de ensino conheça o perfil do seu público para dessa forma, ter condições de ofertar educação voltada para a realidade daqueles sujeitos e seus conhecimentos prévios, pois a escola não é o único espaço de construção de aprendizagem.

Os espaços formativos são inúmeros, visto que a formação informal ocorre nos mais variados espaços (família, sindicatos de bairros, igreja, associações, entre outras) e que os jovens, adultos e idosos, em sua maioria, participam e aprendem nesses espaços, constroem saberes e aprendizados que vão muito além do espaço escolar.

A singularidade dos sujeitos, que podem vir fazer parte da educação de jovens e adultos, sua riqueza de conhecimento empírico e sua potencialidade:

As experiências vivenciadas na família, na comunidade, na participação social e no trabalho conferem ao ser humano saberes fundamentais que influenciam seu meio, sua cultura e permitem a construção de biografias únicas, ricas, complexas e completas. O reconhecimento da singularidade e do potencial transformador dos conhecimentos construídos nas trajetórias não escolares é ponto de partida para a construção de novos saberes potencialmente transformadores da escola e dos conhecimentos por ela produzidos". (FUNDAÇÃO VALE, 2014, p. 15).

Para esse público, a escola representa mais que apenas um espaço para construir o saber científico. Representa espaço de sociabilidade, de integração, de transformação social e construção de conhecimentos e habilidades pensados numa perspectiva de diversidade de saberes e que denotem significado concreto, pois suas condições físicas, sociais e mentais requerem maior atenção.

Esses alunos que formam o público do EJA buscam acrescentar ao seu rol de conhecimentos, muito mais que apenas ler e escrever. Em sala de aula, ver-se a preocupação do aluno em saber se determinado assunto ministrado na escola, vai ou não servir para o seu cotidiano.

São indivíduos, jovens e adultos que detêm muita experiência, na maioria das vezes, construídos a duras pelas, pela luta pela sobrevivência. São possuidores de saber sensível, que os distingue dos demais, sendo, majoritariamente, pessoas receptivas às novas aprendizagens. São sujeitos protagonistas de histórias ricas e reais, que passam a serem vistos como alunos, porém configuram tipos humanos diversificados e singulares.

Ainda é recorrente, a visão de que a educação que deve ser oferecida aos jovens e adultos, deve apenas recuperar o tempo perdido. Que aqueles que não aprenderam a ler e a escrever, não podem “perder tempo” com mais nada, senão dominar essa habilidade.

São homens e mulheres que ingressam na escola com crenças e valores já forjados, cada um com valores éticos e morais construídos ao longo da vida de trabalho, da criação dos filhos e das experiências adquiridas ao longo da sua história, porém, estão ali buscando o mesmo sonho, com um só ideal, que é concluir seus estudos e aproveitar essa nova oportunidade de estudar e adquirir novas habilidades e novos conhecimentos.

Há também os indivíduos que moram na zona rural, que se distinguem daqueles que vivem na zona urbana, principalmente por serem pessoas que passam o dia trabalhando na roça, desenvolvendo trabalho braçal, cuidando do campo, lidando com o gado, cultivando a lavoura, vivendo um árduo desafio diário de intenso desgaste físico, e ao fim do dia e vencerem o cansaço e ainda enfrentar a sala de aula, sabendo que no dia seguinte, nova rotina de trabalho começará muito cedo, ainda nas primeiras horas do dia.

Foto 3 – Educação de Jovens e Adultos no assentamento Safra em Santa Maria da Boa Vista – PE.



Fonte: mst.org. br (Fotos Luiz Mario Santana).

Nesse cenário, o desafio do professor é muito maior, pois a ele cabe, não somente educar, partindo de onde este aluno parou, mas, iniciar o processo de alfabetização. O problema é que, alguns professores não estão aptos para desenvolverem tal atividade, constituindo assim outro desafio a ser debelado.

Nesse diapasão:

A visão de mundo de uma pessoa que retorna aos estudos na fase adulta, após um tempo afastada da escola, ou mesmo daquela que inicia sua trajetória nessa fase da vida é bastante peculiar. Protagonistas de histórias reais e ricos em experiências vividas, os alunos jovens e adultos configuram tipos humanos diversos. Homens e mulheres que chegam a escola com crenças e valores já constituídos (BRASIL, 2006, p.4).

Nas cidades, nas áreas rurais e também nas zonas urbanas, as escolas para jovens e adultos recebem alunos com aspectos de vida, raça, origens, idades, experiências, vivências profissionais, trajetórias, históricos escolares, ritmos de

aprendizagem, valores e estruturas de pensamentos muito variados. Cada realidade, um tipo de aluno e sabe-se que não poderia ser de outra forma, pois são pessoas que vivem no mundo do trabalho, com compromisso, com responsabilidades sociais, profissionais e familiares, com valores morais e éticos formados a partir de experiências reais, do ambiente, da história e da realidade cultural na qual estão inseridos (BRASIL, 2006).

Para Pinto (2010, p. 83), o aluno da EJA “é um sujeito adulto membro da sociedade ao qual cabe a produção social e reprodução da espécie, é um trabalhador trabalhado, a este, a sociedade determina as condições e possibilidades materiais, econômicas e culturais de seu trabalho”. Desse modo, a sua condição de indivíduo analfabeto ou semianalfabeto não representa obstáculo à consecução do seu papel social, ou mesmo a consciência de que deve exercê-lo.

Em verdade a falta da educação formal não é percebida por ele, como um fator que tenha muita relevância para sua subsistência, visto que a educação de mundo, proveniente de sua atuação na realidade social, mediante seu trabalho, proporciona-lhe embasamento para participar da política da vida em seu meio social.

Dessarte, quando a sociedade deseja acelerar sua educação formal, em regra, o objetivo não é permitir que este participe da vida política ou social, pois essa já existe. Na verdade o objetivo é assegurar que esta se faça em níveis mais altos e mais coesos e afinados com os propósitos dos dirigentes, alegando que isso se dá em cumprimento ao que julgam como um dever moral, mas na verdade é uma exigência econômica. Assim, Vieira Pinto denuncia que:

O menosprezo pela educação dos adultos, a atitude condená-los; definitivamente ao analfabetismo (parte de sua profunda imoralidade) incide no erro sociológico de supor que o adulto é culpado de sua própria ignorância. Não reconhece que o adulto não é voluntariamente analfabeto, não se faz analfabeto, senão que é feito como tal pela sociedade, com fundamentos nas condições de sua existência. [...] O estado de ignorância relativa no qual se encontra é um índice social. Revela apenas as condições exteriores da existência humana e os efeitos dessas circunstâncias sobre o ser do homem. Não significa que se trate de um de indivíduos mal dotados, de preguiçosos, de rebeldes aos estímulos coletivos, em suma, de atrasados (VIEIRA PINTO, 2010, p. 84).

Os alunos da Educação de Jovens e Adultos são um público que historicamente foi excluído, tanto pela impossibilidade de acesso à escola que contemplasse suas especificidades e necessidades, quanto pela exclusão do ensino

regular e por sua necessidade de trabalhar o dia todo. Com isso, não lhes restava tempo para estudar no período regular.

Na sua maioria, são alunos que estão inseridos no mercado de trabalho, ou estão prestes a nele ingressar. São pessoas que visam à certificação com o intuito de manter sua vida profissional ou para que, através do conhecimento que venha a construir na escola, possa melhorar sua qualidade de vida.

Em muitos casos são jovens e adultos que tiveram que assumir responsabilidades muito cedo na vida, e quando ingressam na escola, já trazem uma considerável bagagem, seja de experiências de vida ou conhecimentos empírico, o que se denomina saberes nascidos dos seus afazeres, conhecimentos prévios.

É preciso, então, que diversas metodologias, estratégias e práticas sociais sejam recuperadas, e a partir delas, os textos sejam selecionados e adequados para alfabetizar esses alunos, de forma que todos possam interagir e sentirem-se incluídos.

### 3 A EVASÃO E O ABANDONO ESCOLAR: BREVE REFLEXÃO SOBRE CAUSAS

A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos possui raízes históricas, marcada por inúmeras políticas impostas pelas elites, por sucessivas intervenções governamentais de avanços e retrocessos, conforme visto no capítulo anterior, sem resultar, em qualidade de ensino, necessariamente. Muitas são as razões, desde ordem social e econômica, até desinteresse e motivação pessoal. Contudo, o poder estatal, apesar das leis que vigoram no país, não parece estar atento a essas questões e algumas das medidas até então adotadas, não parece atender as reais necessidades desses alunos.

Para compreender o fenômeno do abandono e/ou evasão escolar, torna-se imprescindível conhecer os seus conceitos, mesmo não sendo fácil encontrar um consenso na definição. Benavente (1994) aduz que é “o abandono das atividades escolares sem que o aluno tenha completado o percurso obrigatório e/ou atingindo a idade legal para fazê-lo.” Já na inteligência de Tavares (1990), “o abandono se concretiza no final do ano letivo por razões que não sejam a transferência ou a morte enquanto que a desistência pode ocorrer durante o ano”.

O MEC faz distinção entre ambos os termos, abandono e evasão. Para o Ministério da Educação e Cultura, estes se referem a momentos distintos. Se o aluno não finalizar o ano letivo por excesso de faltas, houve abandono. No entanto, se no ano seguinte este aluno não se matricular novamente, para cursar a série que abandonou, considera-se evasão escolar.

Considerando os fatores que determinam o abandono, Carlos Fontes (2002), os classifica da seguinte maneira:

- Da Escola: despreparo e/ou ausência de motivação dos professores, escola pouco ou não atrativa e autoritária. A organização escolar contribui para a desagregação enquanto organização, fazendo com que o aluno não se sinta como parte dele (escola), provocando desmotivação e desinteresse;
- Do Aluno: problemas de saúde, instabilidades motivado pela própria fase da adolescência são causas individuais do abandono escolar, associado ao desinteresse e à indisciplina.
- Dos Pais/responsáveis: falta de participação na vida escolar dos filhos. Os alunos vindos de famílias desestruturadas ou desfavorecidas, nem sempre, são motivados a prosseguir os estudos. Atualmente há uma consciência maior da

importância dos estudos para a vida, mas o desinteresse de muitos familiares ainda persiste.

- Da Sociedade: incompatibilidade do horário de trabalho, com o horário dos estudos, violência e insegurança na escola, etc. O contexto atual da sociedade desencoraja o estudo, promovendo o insucesso escolar. Diversão, Individualismo e Consumismo, são valores estão na contramão dos objetivos da educação.

De acordo com Furtado (2007), detectar o problema e enfrentá-lo é a melhor de contribuir para o retorno efetivo do aluno à escola.

Reginaldo de Souza Lima, gestor de uma escola de EJA em Paragominas, cidade a 306 quilômetros de Belém, constatou, por meio de uma pesquisa feita com os alunos em 2018, que o trabalho era o principal motivo das faltas. "Os empresários exigem escolaridade dos funcionários, mas nem sempre os ajudam a conquistá-la", assevera o professor Carlos Alberto Tourinho, idealizador da pesquisa.

O resultado da pesquisa realizada em Paragominas confirma algumas das possíveis causas para o abandono escolar. Dentre elas, cita-se a dificuldade de conciliar o trabalho e os estudos, a deficiência na formação dos professores e a falta de articulação entre o ensino médio e o ensino profissionalizante (RUMMERT E VENTURA, 2007). Esses aspectos aliados a falta de recursos didáticos, a inadequação do currículo da EJA e a ausência de políticas públicas adequadas e sérias para garantir o acesso e a permanência na escola, têm fomentado o desinteresse e o abandono escolar por parte desses alunos.

Como consequência dos retrocitados fatores que dificultam o acesso e permanência dos alunos, os índices de evasão e abandona tem aumentado significativamente. Dos 8 milhões de alunos que frequentavam o curso até 2006, 42,7% não chegaram a concluí-lo, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2007.

Mais recentemente, por força da pandemia imposta pelo COVID – 19, em estudo do comitê de “Enfrentamento da cultura do fracasso escolar“, publicado em janeiro de 2021, o Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef) estima que 4,1 milhões aproximadamente de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, apresentaram dificuldade de acessar o ensino remoto em 2020. E, cerca de 1,3 milhão de alunos abandonaram a escola. Os são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de outubro de 2020.

Nesse diapasão, outra pesquisa realizada pela “Pesquisa da Data Folha”, em janeiro de 2020, estima que cerca de 4 milhões de estudantes, na faixa etária de entre 6 e 34 anos abandonaram as aulas em 2020. Em termos percentuais, significa 8,4% de evasão escolar. Esses números denotam a dimensão do desafio em um cenário que já era complicado para a EJA e, que agora se agravou por força da pandemia e dos estudos à distância.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) aponta que o maior motivador para o aluno de EJA abandonar os estudos é o fato de ter que trabalhar. Essa foi a principal razão apontada por jovens, adultos e idosos de todas as regiões do Brasil. O segundo motivo foi a falta de interesse. Razão esta apontada também em todas as regiões brasileiras.

Com base nos resultados encontrados na escola de Paragominas, a escola anteriormente citada nesse estudo, a gestão escolar, em consonância com a LDBN, e em parceria com professores e colaboradores, adotou uma série de medidas, a saber:

- Flexibilização do horário de entrada na escola;
- Propor datas alternativas para as provas quando os alunos faltarem motivos de trabalho.
- Contatar os empresários do setor de transporte para ampliar a oferta de ônibus, no período noturno, nas proximidades da escola.

Segundo a gestão, o resultado foi muito positivo, o que fez com que essas medidas fossem adotadas por todas as escolas da rede municipal, que dispõe de EJA por determinação da própria Secretaria Municipal de Educação de Paragominas.

Como a EJA pretende recuperar o tempo perdido, conforme seus cronogramas de ensino essa modalidade permite a otimização das matérias. Dessarte, a conclusão do ensino fundamental pode se dá em 2 anos, em média. E o tempo para finalização do ensino médio é de 18 meses.

Quanto a profissionalização dos professores, a LDB afirma, em seu art. 61, a “necessidade de formação de profissionais da educação de modo a atenderem aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando”. Além disso, a formação desses profissionais deve ser continuada.

No dicionário Aurélio, recomeçar significa a ação de começar novamente do ponto onde se interrompeu uma trajetória, seja ela qual for. Mas, no caso dos alunos de EJA, recomeçar está para além de simplesmente retomar uma trajetória interrompida.

Para esses jovens e adultos e até idosos, recomeçar está atrelado ao desejo de realizar sonhos, reacender suas motivações, acreditar em algo novo que lhes abra portas.

Atuar na EJA requer assumir a identidade coletiva desses jovens, adultos e idosos com suas histórias de negação de direitos (pobres, subempregados, desempregados, na economia informal, em situação de exclusão e marginalização social). “Consequentemente, a EJA tem de se caracterizar como uma política afirmativa de direitos coletivos sociais historicamente negados” (Arroyo, 2011, p. 29).

Então, para assegurar que sejam atendidas as especificidade da EJA, a escola não deve esquecer que o jovem/ adulto/idoso analfabeto é, ante de tudo, um trabalhador que, em muitos casos, é subempregado ou pior, desempregado... “que lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo” (GADOTTI, 2006, p.31 apud PEDROSO, 2010, p.03).

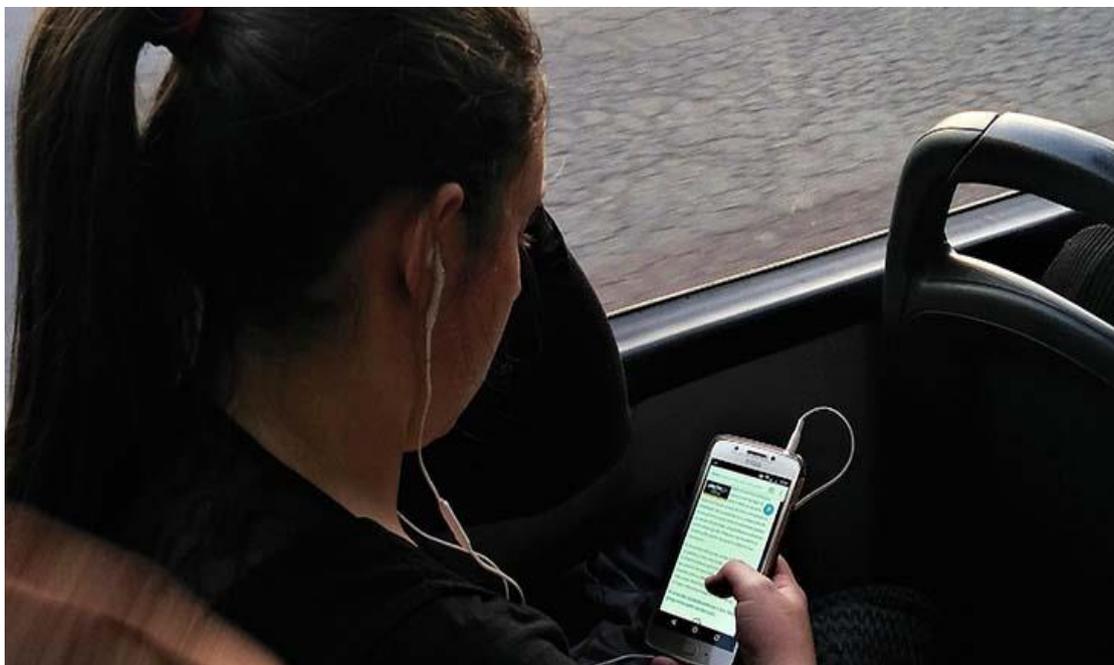
Logo, não se concebe uma visão simplista quando se trata da EJA. O fato de resistirem, de buscar novas oportunidades e fazer um esforço a mais para retomar os estudos, deve ser considerado e respeitado. Esse desejo vai além de recomeçar. É, em muitos casos, um sinal de que esses indivíduos se reconhecem como sujeitos de direitos e requerem do Estado o reconhecimento social que a muito lhes foi negado.

#### **4 O ENSINO À DISTÂNCIA (EaD) NA EDUCAÇÃO BÁSICA: SOLUÇÃO PARA EVASÃO/ABANDONO ESCOLAR EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS?**

Em 2017, a Reforma do Ensino Médio foi aprovada e abriu espaço para a regulamentação do ensino a distância nas instituições de educação a distância com reconhecimento notório. A Educação a Distância foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 2494, de 10 de fevereiro de 1998, do Ministério da Educação, a fim de regulamentar o Art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996).

Porém, no caso da EJA, como ensino a distância se caracteriza uso de recursos tecnológicos que permitem que alunos e professores estejam em ambientes físicos distintos, cabe dois questionamentos fundamentais: O aluno de EJA possui capacidade para administrar sua aprendizagem, visto que muitos não sabem nem ler ou muitos deles já contam com mais? E os recursos tecnológicos, como ter acesso se muitos são subempregados ou mesmo desempregados?

Foto 4 – Estudo EAD



Fonte: <https://www.uninter.com>.

O ensino a distância é bom para aqueles alunos de lugares onde a oferta do ensino presencial é prejudicada por falta de escolas ou de professores. Contudo, o uso das tecnologias nem sempre é acessível para todos, ou pelo menos para a maioria,

conforme ficou demonstrado pela pesquisa realizada em 2020 pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Assim, percebe-se que não seria uma solução para o público da EJA. Isso porque, considerada a questão econômica e social desses alunos, no Brasil.

Vale salientar que a escola um espaço de interlocução de saberes e experiências, é um espaço de formação humana, política, social e cultural permeado pelo diálogo, criatividade, olho no olho, sentimentos, afinidades e descobertas, que a EaD claramente limita.

Na EJA existem especificidades educacionais para essas pessoas que retornam à escola com a finalidade de se fazer visível, interagir, e buscar incluir-se nessa sociedade que as excluiu da trajetória da educação formal (ARROYO, 2011). Deve-se perceber a EJA como investimento que promova maior interação entre alunos e professores, as salas de aula devem ser tidas como espaço para relatar e compartilhar a sua história de vida, criando vínculos a partir de práticas dialógicas que contribuam para a superação dos obstáculos encontrados no processo de aprendizagem.

## 5 METODOLOGIA

A pesquisa foi exploratória, pois teve como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema. O objetivo de uma pesquisa exploratória, parafraseando Gil (2007), é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado. Segundo Gil (2007), a grande maioria dessas pesquisas envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Nesse estudo, buscou-se experiências em escolas, como a do acampamento Mãe Safra, por meio de fontes bibliográficas já publicadas e dados estatísticos fornecidos por documentos oficiais.

O método científico empregado foi o dedutivo, pois objetiva conhecer além do fenômeno observado. Parafraseando Rubens Alves (1994), dedutivo é o método em que o cientista vale-se da razão como caminho para chegar à certeza sobre a verdade do fenômeno investigado. A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino que enseja o debate crítico, confrontando com os fatos, com o escopo de verificar as hipóteses válidas resistindo ao falseamento, sem o que seriam contestadas ou refutadas. Esse método não leva à certeza, pois o conhecimento absolutamente certo e demonstrável não é alcançado, mas reflete as tentativas e a busca pela eliminação dos erros.

A abordagem foi quali quantitativa, pois de acordo com os ensinamentos de Gil (2000), é a abordagem que se dedica à compreensão dos significados dos eventos, apoiando-se no levantamento de dados e também a na conjecturação das eventuais causas dos resultados que foram obtidos e esse foi o caso da abordagem adotada para essa pesquisa.

A pesquisa foi bibliográfica, que de acordo com Gil (2010), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Por, isso, foi feita a análise da literatura de grandes autores, obras monográficas, artigos publicados em revistas científicas, sites da internet e sites oficiais da educação brasileira.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resistência pode ser uma palavra para definir os alunos da Educação de Jovens e Adultos. Enquanto educador deve-se possuir uma visão ampliada e que permita o (re) pensar da importância das políticas públicas e educativas que objetivam atender essa demanda de jovens, adulto e idoso como sujeito de suas trajetórias humanas, que possuem o direito à vida, à educação e ao afeto, como diz Paulo Freire (1993).

A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos é um fato recorrente que possui raízes históricas. Essa modalidade de ensino sempre foi marcada por inúmeras políticas impostas pelas elites, sucessivas intervenções governamentais que, por vezes avançava e retroagiu com muita frequência sem, necessariamente, resultar em qualidade de ensino.

Muitas são as razões da evasão escolar, desde ordem social e econômica, até desinteresse e motivação pessoal. Porém, pesquisas apontam que um dos principais fatores que levam ao abandono escolar refere-se à necessidade de trabalho fora de casa. O poder estatal, apesar das leis que vigoram no país, não parece estar atento a essas questões e algumas das medidas até então adotadas, não parece atender as reais necessidades desses alunos.

As práticas pedagógicas contextualizadas devem ser significativas para esses alunos, partindo e valorizando suas experiências de vida, sua relação com o trabalho e as práticas sociais e culturais. O ensino humanizado contribui positivamente para a aprendizagem, fortalece os vínculos com a escola, enquanto espaço coletivo e pode contribuir para a redução dos índices de abandono/evasão. Apesar de conhecer o problema, não há interesse do governo em resolver o problema, pois quando há vontade política, as coisas acontecem.

Quanto ao ensino à distância (EaD), em algumas situações bem específicas, pode garantir acesso ao ensino, sem desprezar a necessidade de um professor mediador no local, quando o propósito for incluir o aluno que não tem possibilidade de locomover-se até a escola. Porém, como regra geral, na contramão de todo o processo idealizado para EJA, que tem como premissa a prática pedagógica dialógica que se constitua nas inter-relações pessoais, multicultural e valorização

das suas histórias de vida, seus saberes e relação com os professores, é um desserviço.

Por fim é mister dizer que o trabalho pedagógico consciente e comprometido com a aprendizagem, considerando suas necessidades nas suas relações sociais, que, inclusive motivam a retomada dos estudos desses alunos, pode contribuir para alterar os índices de analfabetismo e contribuir para o pleno exercício da sua cidadania.

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), tem sido pioneira em muitos cursos voltados para a EJA, desde 1980. Na década de 80 foi criada a Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação em Educação de Adultos pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro (FFCLJ). Já entre os anos de 1998 e 2003, surge o Curso de Especialização em EJA. Entre 2011 e 2013, o Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos, foi autorizado pela Resolução 811/2011 do Conselho Universitário (CONSU).

Em 2002, por meio da Resolução de nº 172/02, a universidade criou o Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA), e por meio deste participou de Seminários Nacionais de Formação de Educadores, contribuindo significativamente para a área.

A Bahia também conta ainda com o Observatório de Educação de Jovens e Adultos do Território de Identidade do Sisal (OBEJA-TIS/UNEB/CAPES) que é “[...] uma rede que objetiva consolidar ações na EJA, desde a perspectiva dos debates atuais sobre educação popular, movimentos sociais e desenvolvimento local, articulando ações de pesquisa, planejamento e finanças

Em 2012, A UNEB inova e cria o Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos, passando a funcionar, em 2013. A implementação do Mestrado Profissional em EJA é reflete o envolvimento e compromisso social da UNEB com a EJA. Porém, a universidade deveria divulgar mais essas iniciativas. Dentre as pessoas que teve a oportunidade de conversar sobre esses cursos, poucas sabiam da existência dessas iniciativas, dentre estes, muitos professores de EJA.

Poucas são as iniciativas nesse sentido. Não é à toa que muitos professores que atuam na EJA, sentem dificuldade de atuarem junto a esse público, entregando um resultado muito aquém do que as políticas educacionais expressam no papel. A quem interessa a formação de má qualidade ou a não formação desses

profissionais? A mão de obra barata e o indivíduo acrítico reforçam a permanência do quadro social de desigualdade que está posto na sociedade contemporânea. Os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

“É preciso ousar para jamais dicotomizar o cognitivo do emocional” (FREIRE, 1993, p. 10), numa escola viva, permeada pela alegria, fraterna e democrática, a esperança e a seriedade para ensinar e aprender mistura-se na medida certa para promover e ofertar o ensino transformador, crítico, humano, solidário e de qualidade.

Não se pretende esgotar aqui essa temática. Pelo contrário. Deseja-se que muitos outros trabalhos sejam realizados com a finalidade de fomentar as reflexões e contribuir para o debate sobre a importância da Educação de Jovens e adultos (EJA) e idosos no Brasil, afinal são nossos impostos que financiam a educação, portanto, nada mais justo que serem revertidos para a melhoria das condições sociais, educacionais e humanas de todos os brasileiros e não apenas de uma minoria privilegiada.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubens. **Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e sua regra**. 20. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ARROYO, Miguel G; CALDART Roseli S; MOLINA Monica C. **Por uma educação do campo**. (Orgs.). 5 ed. –Petrópolis: Vozes, 2011.

ARROYO, M. **Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: GIOVANETTI, M.; GOMES, N.; SOARES, L. (Orgs). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

ABED – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil**. São Paulo: InterSaberes. Disponível em: [www.abed.org.br](http://www.abed.org.br). Acesso em: 14 set. 2021.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 abril de 1997**.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2494, de 10 de fevereiro de 1998**. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. **Ministério da Educação. Parecer nº 011**. Brasília: MEC, 2000.

DATAFOLHA. **Mais de 60 mil deixam de estudar durante a pandemia**.<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/03/mais-de-60-mil-adultos-deixaram-de-estudar-durante-a-pandemia-em-sp.shtml>. Acesso em 24 set. 2021.

Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/recomecar/>. Acesso em: 24 set. 2021.

DI PIERRO, Maria Clara de. **Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos**. Educação e Pesquisa, São Paulo, vol. 27, n. 2, p. 321-337, jul./dez. 2000.

FONTES, Carlos. (2003). **O Drama do Insucesso Escolar**. Lisboa. Portugal.

FURTADO, C. **“Formação de capital e desenvolvimento econômico”**. In: Agarwala, A. N.; Singh, S. P. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não– Cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d’Água, 1993.

FREIRE, P.. Prefácio à edição brasileira. In: SNYDERS, Georges. **Alunos felizes**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José E. (Orgs). **Educação de Jovens e Adultos: Teoria prática e proposta**. Editora Cortez: Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2005, (Guia da escola cidadã, v. 5).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre introdução à pesquisa científica**. 5. ed. rev. e ampl. Editora Alínea, Campinas, 2011. 101p.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em 10 dez. 2021.

LIMA, A. **A elaboração do referencial curricular para a Educação de Jovens e Adultos do município de Itaboraí: um relato de experiência**. In: NICODEMOS, A. (Org.). *Saberes e práticas docentes na Educação de Jovens e Adultos*. Jundiaí: Paco, 2017.

PAIVA, J. **Histórico da EJA no Brasil: descontinuidades e políticas públicas insuficientes**. In: *EJA: Formação técnica integrada ao Ensino Médio*. Brasília:

MEC/Secretaria de Educação a Distância, 2006. p. 24-35.

MST.ORG.BR. **A luta dos Sem Terra pela educação de jovens e adultos no campo pernambucano superou um histórico de exclusão**. Disponível em: <https://mst.org.br/2015/09/11/em-pernambuco-escolas-do-campo-ajudam-a-romper-a-cerca-da-exclusao-escolar/>. Acesso em 11 dez. 2021.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Brasília: Edições da Câmara, 2014.

Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, vol. 3, nº 6, 205. **A EJA NA UNEB** apontamentos da/para a história. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/issue/archive>. Acesso em 12 de jan. 2022.

RUMMERT, S.; VENTURA, J. **Políticas públicas para Educação de Jovens e Adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola**. *Educar*, nº 29., 2007.

STRELHOW, ThyelesBorcarte. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, 2010.

SOARES, Leôncio José Gomes. **As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos**. RIBEIRO, V. M. (Org.). In: **Educação de**

**Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras.** Campinas: Mercado das Letras, Ação Educativa, 2001.

SOARES, Leôncio José Gomes. **A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais.** Revista Presença Pedagógica, v.2, nº11, Dimensão, set/out 1996.